



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS
COLEGIADO DE LETRAS

QUÉZIA FIGUEIREDO DE SÁ

AS FIGURAÇÕES FEMININAS E SUAS IMBRICAÇÕES NO
EXERCÍCIO DA MATERNIDADE EM *O CORPO*
INTERMINÁVEL

EUNÁPOLIS-BA
2024

QUÉZIA FIGUEIREDO DE SÁ

**AS FIGURAÇÕES FEMININAS E SUAS IMBRICAÇÕES NO
EXERCÍCIO DA MATERNIDADE EM *O CORPO
INTERMINÁVEL***

Artigo científico apresentado ao curso de Letras Vernáculas da Universidade Estadual da Bahia- Campus XVIII, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Letras Vernáculas.

Orientador: Prof. M.e Diego Ramon Souza Pereira
Coorientador: Prof. D. ra Julia de Mello Silva Oliveira

EUNÁPOLIS-BA
2024

AS FIGURAÇÕES FEMININAS E SUAS IMBRICAÇÕES NO EXERCÍCIO DA MATERNIDADE EM *O CORPO INTERMINÁVEL*¹

QUÉZIA FIGUEIREDO DE SÁ²
DIEGO RAMON SOUZA PEREIRA³
JÚLIA DE MELLO SILVA OLIVEIRA⁴

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a obra “O corpo interminável” de Cláudia Lage, na qual analiso a figuração do feminino e da maternidade na ditadura militar, refletindo, principalmente, o passado pelo presente. Nessa perspectiva, utilizo de contribuições de autores como: Motta (2014), Correa (2019), Colling (2015), Figueiredo (2017), entre outros. O apagamento e o silenciamento das mulheres já, por si, um problema que atravessa os tempos não apenas da sociedade brasileira. Quando o assunto é o corpo feminino, também. Em se tratando de um contexto da ditadura militar, tudo isso é evidenciado das maneiras mais cruéis possíveis, seja na denegação de papéis ativos às mulheres, seja na mutilação dos seus corpos e de sua feminilidade como forma de puni-las por ousarem serem ativas e ocuparem espaços efetivamente masculinos. Assim, o corpo interminável também fala de um Brasil contemporâneo e de como o desconhecimento histórico pode levar um país a cometer os mesmos erros do passado, principalmente em se tratando das questões atinentes às mulheres e seus corpos. Daí se considerar a importância do espaço que vem ganhando a escrita feminina que tematiza a ditadura hoje: porque ela põe em perspectiva a existência feminina sob o regime, mas também a existência feminina através do tempo na sociedade brasileira; diz muito sobre o passado, mas também sobre o presente. Pretende-se, portanto, uma reflexão sobre o lugar que o sujeito mulher ocupa durante a ditadura militar brasileira, debruçando-nos sobre a problemática da maternidade, pensando como o passado se desdobra no presente ou como o presente desdobra o passado.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Mulheres, Maternidades.

“Só a literatura é capaz de suscitar a figuração do Outro, do diferente, aquele que não podemos conhecer se não sairmos de dentro de nós mesmos. Só através da literatura podemos vislumbrar o Outro que nos habita, porque a identidade só se perfaz no encontro com a alteridade, inclusive nossa própria alteridade”.

Eurídice Figueiredo

¹ Artigo científico como Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Licenciatura em Letras Vernáculas

² Discente do curso de Letras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) campus XVIII

³ Orientador e Docente do curso de Letras da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) campus XVIII

⁴ Coorientadora e Doutora em Estudos de Literatura pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

1 INTRODUÇÃO

Na literatura, existe um número significativo de histórias que se reportam ao passado. Percebe-se a motivação quando se compreende que algo ainda não foi superado, ou melhor, que causou tantos danos, que parece possível ressurgir a qualquer momento. Assim, a ascensão da escrita feminina, na literatura mais especificamente, permitiu explorar novos lugares e perspectivas sobre o regime civil-militar. Pensando nisso, este estudo visa compreender a figuração do feminino e da maternidade na ditadura militar no romance contemporâneo “O corpo interminável” de Cláudia Lage, refletindo o passado pelo presente.

A menção ao termo “corpo”, seja na obra, seja neste trabalho, tem como dimensões sua compreensão enquanto corpo biológico e político, é sobre ele que se concentram tantas formas visíveis de tortura e mutilação. E é também o corpo das mulheres que passaram por todas as formas de repressão e humilhação. Desse modo, *O corpo interminável* é um grito, visto que o país resiste em admitir as ações criminosas perpetradas durante o período ditatorial, quanto das vítimas e de seus familiares, que têm de suportar a dor da ausência e da falta de respostas. Assim sendo, Lage (2019) passa de maneira sensível e poética o aspecto humano, mas sem perder o denunciamento e a consistência política, histórica e social do assunto. Nesse sentido, o romance de Cláudia Lage dá voz às mulheres “engolidas” pela estrutura patriarcal da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, o interesse para escrever sobre esse tema nasce da minha experiência enquanto mulher, trabalhadora e mãe. As inquietações surgem paralelos ao medo do gestar em uma sociedade marcada pela existência e persistência do machismo e autoritarismo. No auge da minha juventude, com apenas 21 anos, descubro uma gravidez, não desejada. Medo, desespero, insegurança e instabilidade emocional eram alguns, dos muitos, sentimentos vivenciados com a descoberta. Um mix de emoções complexas e difíceis de compreender no momento. Talvez o medo estivesse relacionado diretamente com os pré-julgamentos da sociedade que determina o tempo ideal para a maternidade. Logo, eu não me enquadrava nesse padrão estabelecido, não era casada, não era formada, jovem de mais, enfim.

Talvez o medo fosse de não dar conta, ou da renúncia da minha vida, da minha juventude, já que ser mãe também te priva de muitas coisas, como: faculdade, plano de carreira, amizades, diversão. Com o tempo veio à aceitação, o amor incondicional, mas também o sentimento de culpa. Culpa por sentir emoções negativas, aliás, culpa é um sentimento que uma mãe carrega durante toda a sua vida. Eu senti culpa quando abdiquei do meu trabalho para estar

com a minha filha e não poder proporcionar a ela tudo aquilo que eu gostaria. Senti culpa quando voltei ao mercado de trabalho e não pude acompanhar de perto todo o seu desenvolvimento, culpa em sair todas as noites para a universidade e deixá-la em casa. Culpa por não dar conta de tudo o tempo todo. Essa culpa é uma construção histórica que perpassa gerações, minha vó sentiu essa culpa, minha mãe sentiu essa culpa, e muito provavelmente minha filha sentirá essa culpa. Mas que bom que as mulheres, mesmo com culpa, estão alcançando grandes espaços. E graças à ascensão das mulheres a estes espaços que contamos hoje com novas perspectivas literárias que nos levam a refletir e sobretudo resistir!

Assim, o tema parte do seguinte problema de pesquisa: como se dão as figurações femininas e suas imbricações no exercício da maternidade em *O corpo interminável*, de Cláudia Lage?

O corpo interminável contrapõe duas coletividades de mulheres específicas que configuram existências femininas diferentes no período da repressão (a despeito das nuances subjetivas que cada uma delas enseja dentro desses grupos) em razão do modo como desempenham a função da maternidade e de como existem enquanto corpos femininos no mundo.

Nessa perspectiva, este trabalho se justifica por tentar compreender as figurações dos coletivos de mulheres e a sua existência enquanto corpos femininos na ditadura militar, visto que é relevante para refletirmos a conjuntura social do presente pelo passado. A necessidade de continuar discutindo esse tema existe pelo carecimento ainda nos dias atuais de modificação dos espaços destinados às mulheres. Refletir as figurações femininas sobre o período da ditadura é importante para compreendermos a depreciação do sujeito-mulher. Neste contexto, a literatura transforma-se em um importante canal político de denúncia e resistência. A literatura escrita por mulheres sobre a ditadura militar possibilita contestar e contrapor as relações de poder em que coloca a mulher em posição secundária em relação ao homem.

2 A FIGURAÇÃO FEMININA NA RESISTÊNCIA A DITADURA

Em março de 1964, o Brasil sofre um golpe de Estado e os militares tomam o poder do país. Isso se deu, por muito tempo, em nome de uma política que corroborasse os ideais capitalistas e imperialistas. O cenário político brasileiro era marcado pelo conflito de classes, em que os militares apoiados e financiados pelo exterior (Estados Unidos) tinham como propósito conter e impedir a ascensão da classe trabalhadora afim de perpetuar o domínio do empresariado e o imperialismo dos burgueses.

Além do temor pelo avanço dos movimentos sociais, um dos principais motivos para a radicalização política se deu com a ocupação de Jango (João Goulart) ao cargo supremo do país, a presidência, e o seu plano de governo que de certo favorecia a classe aquém da sociedade. A proposta de Jango era a implementação de uma reforma agrária no país, no qual o objetivo era a desapropriação de terras improdutivas. Se a classe dominante já especulava a aliança de Jango com o comunismo depois da proposta da reforma agrária, a especulação, segundo eles, ganhou fundamento.

31 de março de 1964 ficou marcado na história do país como o dia que durou 21 anos. Apesar de a evidente motivação para o golpe militar estar associada diretamente a luta de classes, o discurso propagado pelos militares e apoiadores do golpe tinha como justificativa o patriotismo e a manutenção da ordem e a decência. Em nome da ordem, da defesa e dos bons costumes, é que os militares implantaram a ideologia dominante à grande parcela da população brasileira.

O Brasil vivenciou o pior momento da história do país no período em que este sob domínio do regime opressor. Uma memória marcada por opressão, silenciamento, autoritarismo, prisões, torturas e assassinatos.

Motta (2014) questiona a ideologia difundida pelos militares que julga ter sido um pretexto utilizado pelos apoiadores ao golpe para garantir o status quo, isto é, manter inalterado os interesses imperialistas ameaçados pelas campanhas nacionalistas. Assim como serviu de justificativa para as ameaças e barbáries praticadas aos movimentos populares.

Motta (2014) evidencia que apesar de muitos estudos denegarem o regime comunista como a principal causa para o golpe civil-militar e atribuírem à devida dimensão a outras razões como: “a luta contra o populismo, a corrupção, as reformas ou um inimigo difuso, a subversão” (MOTTA 2014, p 11) ele acredita que nenhuma dessas motivações teriam força suficiente para derrubar o governo além do comunismo e à:

Acusação de que Jango pretendia implantar um regime autoritário de esquerda. Foi a percepção desse risco e seu alardeamento via imprensa, televisão, manifestações, marchas, etc. que permitiu a formação da grande coalizão pró-golpe, bem como a desmobilização ou a conquista de setores que antes viam com simpatia os projetos governamentais. (MOTTA, 2014, p. 13)

Além da manifestação explícita sobre a insatisfação da possível tomada de poder pelos comunistas, os pró-golpe também difundiram impressões negativas sobre o grupo de oposição, principalmente após a intentona comunista⁵, no qual o movimento ficou consagrado como ato de traição e covardia. Desse modo,

Divulgou-se a ideia de que, de um lado – o governo, alinhava-se a homens de bem, bons patriotas e cidadãos dignos, enquanto do lado – revolucionário – encontravam-se indivíduos vis e bandidos, seres desqualificados, uma verdadeira malta. (MOTTA, 2014, p. 15).

Diante do retrato tecido pelos, anticomunistas, fundado em exageros e inverdades, o grupo comunista ficou consagrado como um movimento radical formado por integrantes imorais e libertinos, mantendo-se até hoje essa imagem no imaginário social, a de um grupo que representa violência, traição, estupro e covardia. Isso fica evidente dada a ascensão das novas direitas e a manifestação do bolsonarismo, cuja ideologia se opõe a esse imaginário por intermédio do discurso a favor da pátria, da família (heteronormativa e misógina), do conservadorismo, do porte de armas, da hostilidade, da segregação dos direitos humanos principalmente os das mulheres. A ascensão da extrema-direita e o discurso bolsonarista reafirmam a ideologia burguesa conservadora e corroboram para a retomada de um contexto arbitrário e opressivo.

Nesse sentido, o ano de 1964 ficou marcado na história do país como o ano do golpe militar que destituiu o governo constitucional de João Goulart e deu início a uma onda repressiva e atos inconstitucionais. Evocar a ditadura militar no Brasil ainda é imprescindível diante das omissões e falhas que a história oficial do país deixou. Uma delas, para não dizer a principal, é a lei da anistia, que revela “a recusa do Estado Brasileiro em remexer no passado sob a alegação de que se deve promover a paz e a reconciliação” (FIGUEIREDO, 2017 p. 32). O que se percebe é a tentativa de um esquecimento, tanto individual quanto coletivo, das torturas e violências provocadas pelos algozes. Nessa perspectiva Figueiredo (2017) declara que para haver esquecimento e perdão é necessário que se faça justiça, logo, é preciso que haja punição dos responsáveis.

⁵ Tratou-se de um levante contra o governo de Getúlio Vargas datado em 27 de novembro de 1935. “A conspiração político-militar foi realizada pelo PCB (na época, Partido Comunista do Brasil) em nome da aliança Nacional Libertadora e liberada por Luís Carlos Prestes, capitão do Exército e líder tenentista convertido ao comunismo. O levante estava articulado com a direção da Internacional Comunista, que tinha entre seus integrantes, Olga Benário companheira de Prestes” (DOMINGUES, 2015).

A lei da anistia causou e continua causando sofrimento às vítimas e seus familiares, além de provocar uma sensação de impunidade para toda a sociedade brasileira diante do “perdão” dado àqueles que deviam ser penalizados.

De um lado, os torturados que sobreviveram continuam a sofrer do sentimento de irrealidade diante da indiferença da sociedade; de outro lado, os torturadores que continuam resistindo ao debate também sofrem do mesmo sentimento de irrealidade porque eles ultrapassaram os limites do humano e não foram punidos, como deveria ter sido (FIGUEIREDO, 2017, p 33)

O que se percebe nos discursos públicos é a tentativa de uniformizar/polarizar as memórias do golpe militar no Brasil, além disso, Eurídice Figueiredo declara que:

O documento e o monumento são importantes porque atestam o acontecido e servem de referência tanto para a memória coletiva quanto para a escrita da História. Contudo, essa escrita objetiva tende a homogeneizar para que seja fixada uma versão da História sem fissuras, ao passo que a Literatura, pelo viés da subjetividade, mostra resíduos de experiências fraturadas pela violência do vivido (FIGUEIREDO, 2017, p. 44).

Nessa passagem, a autora revela a complementariedade nas abordagens sobre o período de repressão, no qual problematiza a limitação dos documentos oficiais realizados por historiadores e jornalistas que adotam uma perspectiva direta e objetiva. Essas narrativas são, se é que assim eu posso chamar, simplistas, pois, diante da pluralidade de sujeitos e experiências, a história que se apresenta é fragmentária e injusta. A história retratada pelos documentos é uniforme e sem lacunas, é como se todos tivessem vivido semelhantemente e experienciado do mesmo modo a ditadura civil-militar.

Ao passo que, como explica Figueiredo (2017), segundo as concepções de Nelly Richard (2002), somente a literatura e as artes “são capazes de falar da memória da ditadura através das falhas, dos lapsos, dos não-ditos, enfim, que pode transmitir relatos lacunares, truncados, sem pretender atingir uma totalidade, nem uma síntese” (FIGUEIREDO, 2017, p. 43). Complementar a abordagem documental, a literatura assume o compromisso da tentativa de transmitir aquilo que nem as próprias vítimas conseguem talvez expressar.

Nos livros de historiadores e jornalistas que buscam a objetividade, falta a comoção pelos corpos torturados, pelas pessoas massacradas, pela dor dos sobreviventes, falta, enfim, o *pathos*, aquela compaixão “sororal” diante dos mortos (FIGUEIREDO 2017, p. 44).

A literatura sobre o período em questão se apresenta satisfatória no sentido em que compreende a subjetividade do indivíduo, isto é, evoca não só as atrocidades praticadas pelo regime opressor, mas também os impactos deixados por ele. Revela experiências traumáticas, medos e sofrimentos vividos pelas vítimas e seus familiares. Contudo, é paralelamente parcial e excludente, uma vez que se trata de uma narrativa masculina que foi historicamente construída.

Trata-se, portanto, das concepções específicas de um determinado grupo que reflete sobre os demais, no que concerne a uma representatividade ilusória e, sobretudo, excludente diante de trajetórias e compreensões que as divergem (BEZERRA, 2014). No campo de estudo da disputa de memória, a autora Barroso (2021) que referencia Pollak (1989) expõe não só a relevância do processo das memórias em disputa, mas também o quanto ele capaz de possibilitar revisões historiográficas a fim de criar novas narrativas com intuito de reverberar as várias vozes silenciadas na história.

É assim um silenciamento que perpassa toda a história do Brasil, desde a colonização até os dias atuais. As minorias, como negros, indígenas, gays, entre muitos outros, além de terem suas histórias inferiorizadas, apagadas e rasuradas, ainda não têm muitos espaços para serem autores de suas próprias histórias. A eles não é permitido contar a história de sua perspectiva. Isso se percebe na ausência, por exemplo, da representação desses grupos na memória coletiva sobre o período da ditadura civil-militar.

Dentre essas vozes silenciadas encontram-se as das mulheres que, apesar da atuação significativa no processo de resistência à ditadura militar brasileira, tiveram sua participação reduzida à cúmplice de algum homem.

As narrativas sobre o regime ditatorial obedeciam à óptica de quem os escrevia, ou seja, os discursos produzidos em um espaço que era predominantemente masculino atendiam aos princípios do sistema historicamente construído, o patriarcado.

Os princípios do sistema patriarcal corroboraram não apenas para uma memória nacional tendenciosa, na qual a concentração estava voltada somente para a atuação política masculina, como também para o apagamento da mulher na lembrança coletiva sobre o período.

Dessa forma a figuração feminina na história da ditadura de 64 esteve durante muitos anos atrelada ao gênero masculino, mesmo que se falasse sobre o envolvimento das mulheres nos movimentos políticos de esquerda elas estavam sempre associadas algum indivíduo do sexo oposto, como, por exemplo, seu pai, seu esposo, marido, mas nunca livremente, sendo, portanto, consideradas como o Outro⁶. E foi preciso, em certa medida, Dilma assumir a presidência para darmos publicidade midiática ao tema da mulher na guerrilha.

Assim como é recente o fato de falarmos de mulheres protagonistas nas lutas, é também recente o fato de mulheres poderem contar com essa sua história de protagonismo. É ainda mais recente o fato que a literatura brasileira contemporânea sobre a ditadura tenha

⁶ “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela: a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

passado a ter tantas escritoras pautando o tema.

A ascensão da escrita feminina no mercado editorial de literatura permitiu evidenciar novas personagens e perspectivas sobre o regime civil-militar, no qual a modificação do mercado editorial de literatura, especialmente masculino, não só possibilitou uma revisão nas narrativas, como também, um olhar mais apurado sobre a época. Assim, permitiu pensar a ditadura além dos “fatos”, explora a experiência na íntegra, reconhece as feridas abertas no passado e as que ainda latejam no presente.

Assim, a entrada das mulheres nos espaços literários e a visão feminina sobre o período possibilitou uma representação/figuração factual da luta das mulheres contra o regime autoritário, no qual Colling (2015) afirma, que para a ditadura militar a mulher envolvida nas atividades políticas não era vista apenas como opositora ao regime, mas também, subversiva aos valores, crenças e espaços a ela atribuídos, e continua:

Para a repressão, a mulher que se mete em atividades políticas ou é uma prostituta à procura de homens, já que os partidos políticos são espaços de atuação masculina, ou é homossexual, ocupando espaços masculinos. Portanto, sempre, um sujeito desviante dos padrões e lugares determinados ao feminino (COLLING, 2015, p. 379).

No entanto, apesar de ocuparem uma posição subalterna em relação aos homens, Pinto (2003) afirma que, “as mulheres formaram os primeiros movimentos não com intuito de questionar a condição de opressão feminina, mas para, a partir da própria condição de dona de casa, esposa, mãe, intervir no mundo público” (PINTO, 2003, p. 43).

Se historicamente o feminino é entendido como o subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas é reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos (COLLING 2015, p. 381).

A autora Colling (2015) expõe a importância não só de evocar a história e a luta feminina, como também de refletir as relações de poder, com efeito, na desigualdade. Requerer “espaços” igualitários faz-se necessário reconhecer as diferenças. E vale ressaltar que esse debate não cabe apenas para os grupos conservadores, mas também para os partidos de esquerda, que apesar de se preocuparem com as questões sociais do país, compartilhavam do mesmo pensamento sobre o papel da mulher na política e na sociedade.

No debate/conflito de gênero no processo político, muito destaque foi dado ao silenciamento promovido pelo regime autoritário para com as mulheres. Entretanto, pesquisas, como a de Rovai (2013), *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar*, que compreende relatos de experiências femininas na resistência à ditadura militar, revelam que os movimentos de esquerda também calaram vozes femininas.

Isso ocorria dado a relevância que era dada apenas às lutas que favoreciam as causas sociais, anulando qualquer enfrentamento que fossem distintos daquilo tido como de interesse “geral”, pois julgavam as lutas femininas enquanto superficiais diante de uma causa maior. Os próprios companheiros negavam a importância da mulher na política, reforçando a ideia de que os espaços públicos eram destinados aos homens. Isso pode ser comprovado a partir de um levantamento de dados das lideranças dos partidos, predominantemente assumidos por homens. Do mesmo modo, nas tomadas de decisões, basicamente, os homens eram os favorecidos.

Diante da busca por reconhecimento dentro dos grupos de atuação, muitas mulheres corroboraram com o discurso masculino, favorecendo a desigualdade de gênero, no qual invalidaram as singularidades de outras mulheres, assim como a sua própria individualidade, como afirma Rovai:

A adesão aos valores masculinos tornou-se perceptível em práticas e comportamentos das militantes, que se destituíram de valores considerados femininos e fracos, igualando-se aos guerrilheiros- abrindo mão de relações afetivas ou de filhos, por exemplo- para assumir postos de liderança quanto a decisões ou ações (ROVAI, 2013, p. 119).

O que se percebe é uma tentativa de similitude, porém ilusória. As mulheres militantes admitiam a dominação masculina, assumindo o discurso do dominador, no qual defendiam a ideia que o mundo político é tradicionalmente masculino e, portanto, para adentrarem aos espaços públicos e alcançarem o poder era necessário à renúncia da sexualidade e subjetividade feminina, como bem conceitua Colling:

A construção da identidade feminina enraíza-se na interiorização pelas mulheres do discurso masculino. Por esta razão, um dos objetos de estudo da história das mulheres é o estudo dos discursos e das práticas que fizeram com que mulheres consentissem nas representações dominantes da diferença entre os sexos (COLLING, 2015, p. 379).

A entrada da mulher na política rompeu com o imaginário social de que o espaço considerado feminino era o privado (subjetivo), e que tinha apenas por obrigação zelar pela família, os afazeres domésticos, criação e educação dos filhos segundo os valores culturais. Dessa maneira, a participação feminina na luta contra a ditadura civil-militar foi uma forma de resistência e o pontapé para uma revisão do papel e espaço da mulher na sociedade.

Entretanto, a discussão em torno da exclusão de gênero não era pauta no período repressivo e, por isso, as guerrilheiras e simpatizantes dos movimentos contra o golpe eram desqualificadas e humilhadas por fugirem do padrão de mulher ideal (dona de casa, esposa e mãe), e por isso:

Ao ouvir os depoimentos de participantes nos grupos de oposição à ditadura, revela-se que a família também se mostrava desgostosa pela opção de suas filhas. Gostariam que elas permanecessem nos papéis sociais destinados à mulher - o casamento, único passaporte para a felicidade feminina. Apesar disso, a participação das mães na luta

contra a repressão tem se constituído em um fato político extremamente importante (COLLING, 2015, p. 380).

As mulheres sofreram represália também da própria família, que só reconhecia um único destino para elas, o matrimônio e o lar. Relatos evidenciam que muitas delas foram renegadas por seus familiares por irem contra os valores e costumes impostos pela sociedade, negando a condição de subordinada e adentrando a espaços tradicionalmente masculinos.

3 O CORPO INTERMINÁVEL DA LAGE

O romance em análise, *O corpo interminável*, é uma obra que tematiza justamente os papéis da mulher na ditadura. Isso porque, segundo a minha hipótese, o romance traz a imagem de Júlia, mãe de Daniel, e da mãe de Melina, duas figuras maternas que, opostas, representam dois modos de existência feminina durante a ditadura. A narrativa lida principalmente com dois tipos de mulheres: a engajada com as causas da coletividade e a subordinada às estruturas sociais hegemônicas na época, alijada, de diversas maneiras, das discussões que sonhavam outra sociedade. Isso implica na obra dois tipos de maternidades divergentes que colocam em questão esse mesmo feminino em uma via de mão dupla.

O corpo interminável, publicado em 2019, é um romance produzido pela escritora e também roteirista Claudia Lage. Ela, escritora brasileira, nasceu em 26 de julho de 1979, na cidade do Rio de Janeiro. Além da obra em questão, é autora também de outros livros, como do romance *Mundos de Eufrásia*, finalista do Prêmio São Paulo de Literatura no ano de 2010. Já como roteirista, atuou em parceria com João Ximenes Braga na novela Global *Lado a Lado*.

A obra que analisamos, que tem como pano de fundo a ditadura militar brasileira de 1964, foi agraciada com o *Prêmio São Paulo de Literatura* na categoria de melhor romance de ficção brasileira do ano de 2019. Nesse romance, a autora reverbera narrativas/atuações, sobretudo femininas, omitidas pela memória oficial do país.

A autora aborda tensões políticas através da realidade ficcionalizada. Ela abandona o realismo tradicional a fim de atingir as subjetividades das guerrilheiras e das mulheres que compartilharam, de alguma forma, com os interesses políticos dos grupos contra a ditadura, bem como, para romper com o silenciamento produzido pelos dominadores e perpetuado pela violência de gênero.

É uma história sobre ausências, mas também sobre amor. Daniel e a sua namorada Melina assumem o protagonismo da obra quando ambos buscam por respostas diante de

inquietações sobre seus passados. Ele, na tentativa de reconstruir a história da sua mãe, uma guerrilheira desaparecida na ditadura civil-militar no Brasil e entender a sua própria origem, busca por vestígios deixados por ela. Já Melina é filha de um ex-fotógrafo a serviço do regime militar, e a sua mãe, ao que tudo indica, é alheia aos acontecimentos do Brasil de 70. Dito isso, Melina tenta, por meio das lembranças, compreender as lacunas da sua história.

Na história, Daniel fora criado imerso no silêncio do seu avô. Sem compreender a sua origem e sem qualquer recordação materna, ele buscava desde a sua infância por respostas que só o seu avô poderia responder, mas que, no entanto, optou por se calar e ocultar quaisquer evidências deixadas por ela ou que as lembrassem. A única recordação concedida a Daniel foi uma foto da sua mãe ainda na adolescência. No processo de negação, o avô de Daniel tenta apagar tudo aquilo que rememorasse o envolvimento de Júlia, nome que só vem à tona nas páginas finais, com universo político, assim como a sua ausência. A tentativa do avô de Daniel em omitir as marcas da presença de Júlia, involuntariamente, deixou marcas, conforme demonstrado no fragmento destacado.

O álbum estava vazio. Eu poderia concluir que o avô ia colocar as fotos e, por algum motivo, não pôs, mas o álbum tinha as marcas das fotografias, e as fotos soltas não encaixavam com as marcas. Os tamanhos e as bordas eram diferentes. A sequência fora interrompida. A ordem das fotografias familiares quebrada após a foto da adolescente com espinhas, como se nada tivesse acontecido depois (LAGE, 2019, p. 40).

Privado de uma criação afetiva, educado segundo uma estrutura patriarcal, Daniel crescera fechado para os sentimentos. Seu esforço em compreender as lacunas da sua história e reconstruir a sua origem foi nutrido de racionalidade. Explorava livros, via filmes, fazia pesquisas, colecionava informações, muito se sabia a respeito da ditadura militar, mas pouco sobre a sua própria história, como fica evidente no trecho:

Um dia, percebi numa das fissuras um pedacinho de papel colorido. Era o resto de uma foto, de um adesivo, de uma imagem qualquer. Eu nunca tinha reparado, a madeira tinha sido raspada para tirar as imagens. Fotos, adesivos, que deviam ser da minha mãe. [...] podia ser foto dela, do meu pai, de amigos, de um ator ou da sua banda favorita. Eu nunca vou saber. Se a madeira não tivesse sido raspada (LAGE, 2019, p. 39).

Compreende-se que Daniel depositava todas as suas impressões e emoções na escrita. Ele utilizava dessa ferramenta/recurso para a refletir a própria existência e questionar os atos inconstitucionais praticados pelos agentes do governo, como as violações dos direitos humanos, a repressão, as torturas, desaparecimentos e assassinatos sobretudo de corpos femininos, principalmente o da sua mãe.

Na medida em que Daniel é cativado por Melina, ele rompe com o estereótipo masculino de que ser sensível é ser fraco. Ele se abre para refletir o sujeito além da configuração idealizada por uma sociedade historicamente masculina. E é justamente quando ele se permite refletir sobre os conflitos de gêneros que fragmentos de narrativas femininas surgem na obra.

Paralelamente, a história que a princípio é de Júlia se transforma na história de milhares de mulheres. O corpo ausente da mãe de Daniel simboliza o apagamento das mulheres na história oficial do país, assim como representa todo um coletivo de mulheres que contribuíram nas lutas contra o regime opressor e que não foram declaradas. O romance analisado dedica-se fortemente em evidenciar essas mulheres durante e após a ditadura, mulheres representativas e essenciais, como apresenta Regina:

Mulheres que escolheram estar lá, em meio à luta, não por terem sido envolvidas por homens, como seus familiares por vezes prefeririam acreditar, mas porque sonhavam com a justiça e liberdade. Este é um livro que ousa tocar, delicadamente, em suas feridas e nos fazer ver a ferocidade de um tempo que não se tornou passado, porque ainda existem os que têm a indecência de negá-lo (DALCASTAGNÉ, Regina. Prefácio *in*: LAGE, Claudia. *O corpo interminável*).

O protagonismo dado às mulheres na obra refuta o que é difundido nos registros sobre o período. Como afirma Filho (2012), “Ao passo que a historiografia oficial retém parte da verdade e divulga o que é conveniente aos interesses dominantes, a obra em questão divulga o que se deseja silenciar, ainda que, no plano ficcional, seja construída sobre a rarefação dos dados” (FILHO, 2021 p. 105).

Assim, *O corpo interminável* assume um estilo enunciativo da divulgação, no qual Lage evidencia, por meio de fragmentos discursivos, experiências e traumas de mulheres, vítimas diretas ou indiretamente, da ditadura de 64, como se observa nos trechos destacados:

O homem insiste, você vem com a gente, o bebê vai para o juizado. [...] meu filho tem mãe, ela disse, e os homens riram, o mais largo, o mais experiente riu com mais vontade, pensasse nisso antes, antes de fazer merda. [...] vocês podem me matar, não se importam se um bebê vai ver a cena [...]. Não se importam com o bebê, ela tinha ciência, mas eu não posso, eu não vou dar o meu filho para vocês. Não sou eu que vou estender os braços, abrir as mãos, esse gesto não virá de mim, esse gesto não é meu. [...] ela não pensava no que iria enfrentar depois que o deixassem na casa da sogra, pensava que aqueles podiam ser os últimos momentos que via o seu filho, mal saído da barriga. (LAGE, 2019 p. 83,84 e 85)

As unhas, a parte mais difícil, dolorosa, foi pintar as unhas. O esmalte, ela escolheu a cor, não queria vermelho, a voz saiu arranhada num fio quando disse: vermelho não. O motivo era óbvio, não precisava explicar. A manicure pegou um esmalte bege, cor da sua carne, examinou as unhas, ainda azuis em alguns pontos, roxas em outros, irregulares, umas no sabugo, outras, arrancadas, ainda não haviam crescido. [...] as unhas, ela costumava pintar de vermelho, era uma provocação, diziam que era cor de puta. Mas quando arrancaram as suas unhas ela viu outro vermelho, o que era putaria para eles, afinal, as suas mãos cobertas de sangue. (LAGE, 2019 p. 163 e 164).

Bonnici e Zolin (2009) afirma que “A ficção pós-moderna revela-se como uma maneira consciente de estabelecer as relações entre linguagem e realidade, e volta ao historicismo, não apenas como um retorno ingênuo, mas para uma reescrita crítica da História”. (BONNICI e ZOLIN 2009, p 308).

O romance conta a história de mulheres anônimas que tiveram seus corpos objetificados na tentativa de anular suas subjetividades. Além disso, a maternidade é evidenciada em toda a estrutura do livro, no qual se apresentam expectativas e perspectivas díspares sobre o ato de gestar. Lage apresenta a maternidade como um pulsar, isto é, é possível identificar todas, ou quase todas, as fases da gestação. A mulher prestes a ficar grávida, uma que acabou de descobrir a gravidez, a que acabou de parir, a maternidade compulsória, a maternidade anônima, dentre outras, como se observa na passagem da obra:

[...] você está feliz e eu sei o motivo, agora você tem uma justificativa para me tirar daqui, agora você pode fazer as malas e dizer que é para o bem da família, não é mais a hora de lutar contra nada [...] você não reparou, mas tem estado completamente louca, só pensa em luta em revolução, no país, no futuro, eu escuto com a mão na bariga. (LAGE, 2019, p. 67-68).

Esse trecho refere-se à experiência de uma guerrilheira que acabara de descobrir a gravidez e que, a princípio, se nega a aceitar. Ela e seu marido, comprometidos com a justiça e a liberdade, encontram-se escondidos em um pequeno apartamento por medo da represália do governo. Com a descoberta da gravidez, as lutas sociais e quaisquer aspirações que não fossem em prol da criança se tornam segundo plano, ou ainda nem entrarão nos planos do casal. Mesmo que inicialmente não tenha sido decisão dela abandonar a luta, acaba por ser o desfecho dessa narrativa. Comumente, as mulheres são obrigadas a escolher entre a maternidade ou qualquer outro propósito. Para ela, restava a decisão entre a luta ou o lar.

Estamos diante de uma estrutura social patriarcal que estabelece uma medida de valor desigual para a maternidade. Se para o social ser mãe possui grande importância, para a mulher ela é paralelamente significativa, privativa e excludente. Se o casamento é o passaporte para o futuro, eu diria que, segundo o protótipo de família tradicional e burguesa e conservadora, a maternidade é a plenitude da felicidade. Ser mulher no Brasil é carregado de imposições, obrigações e intolerâncias. Ser mãe é, talvez, duplicar as limitações e restrições impostas a ela. No trecho da obra destacado, podemos claramente perceber o fardo que a mulher carrega ao decidir ser mãe.

[...]abro a porta do banheiro sabendo o que vou encontrar, você, do outro lado, não quer me deixar dar um passo, me proíbe de sair, fala exaltado. Desde que acordamos que estamos nesse embate, eu me mantenho firme, tenho que ir, contam comigo, não se preocupe, não é arriscado, não é nada demais, mas você não concorda, começamos a discutir baixinho, tão conscientes da outra presença, a ponta do triângulo. [...] você me levanta no ar, como se eu fosse um saco, eu não sabia que era assim, tão fácil, me deter. Você me leva até o quarto e me larga na cama [...] sai e tranca a porta antes que eu me erga completamente [...] bato na porta, soco, chuto, você não pode me prender, não tem o direito. [...] você do outro lado diz que só saio para ir para a casa dos seus pais, é para onde vai me levar, para onde eu vou, é o que eu vou fazer, nada mais, acabou a brincadeira, escuto sua voz, acabou (LAGE 2019, p. 77-79).

A mulher que decide ser mãe tem sua individualidade negada e esquecida, ela perde seu valor como mulher e passa a ser vista apenas como geradora e cuidadora. A configuração social da década de 60/70 ditava como a mulher precisava se portar, bem como a mãe devia se adequar. A mãe não podia transar, estudar, trabalhar, viver uma vida fora da maternidade. Digo, uma mulher com filhos não é bem vista no mercado de trabalho ou nas relações afetivas até hoje. É como se uma mãe fosse menos mãe por escolher vivenciar outras experiências além do lar e dos filhos.

4 MATENIDADE: A mulher entre o lar e a luta em *O Corpo Inteminável*.

Não apanhava mais. Fazia algum tempo. Não sabia o porquê [...] as manchas roxas no corpo, quase não se viam mais. [...] talvez estivessem esperando todos os sinais desaparecerem, para começar de novo. [...] O crescimento da sua barriga marcava o tempo. [...] O seu filho vai nascer doente, vai nascer morto, não vai nascer. [...] ela sabia, o plano era deixá-la na imundície, a barriga crescendo na imundície, se formando na imundície, filho da porcaria, diziam, ia nascer do lodo. Você que procurou, quem mandou se meter onde não devia, quem mandou, agora aguenta, você vai sair daqui, ou sai morta, morta e sem filho, os braços estendidos, os braços vazios, ela via nos olhos, era o plano. [...] um dia chamaram o médico. Você vai parir como um animal. [...] eles queriam que acreditasse na morte, no fim, na traição, no desterro, na inutilidade, na culpa (LAGE, 2019, p. 91-92-93).

A passagem destacada acima refere-se a uma militante grávida, presa e vítima de agressões físicas e principalmente psicológicas. Apesar de as marcas visíveis pelo seu corpo significarem dores irreparáveis, o sofrimento maior concentrava-se na possibilidade do que poderia acontecer ao seu filho. Cortaram a sua barriga sem anestesia, a costuraram a sangue frio e a pior dor foi ver levarem o seu filho sem ao menos o adeus da despedida, “antes dos olhos fecharem, ainda tentou, mais uma vez, estender os braços” (LAGE, 2019 p. 93). Além das torturas físicas, as mulheres eram obrigadas a suportar dores psicológicas, durante e após as prisões, que iam desde ameaças a desaparecimentos de seus filhos, como se pode verificar no que Alves apresenta:

Se o sistema repressivo não fazia distinção para perseguir e prender os/as suspeitos/as de atividades subversivas, fazia-o ao aplicar métodos diferenciados de tortura. No caso das mulheres, especialmente, eram recorrentes as sevícias de cunho sexual, que anulavam a sua dignidade e, não raro, provocavam resultados que os homens jamais viriam a conhecer. Em razão da violência imputada, elas tanto podiam carregar no ventre o fruto dos abusos sofridos quanto ter arrancados os bebês gerados antes ou no decorrer da prisão (ALVES, 2021, p. 55).

Já é sabido que o governo prendeu, sequestrou, torturou e utilizou um conjunto de mecanismos de desumanização com homens e mulheres durante a ditadura militar no Brasil. Entretanto, é necessário salientar que houve distinção nas violências praticadas contra as mulheres, sobretudo, para com as mães. Como afirma Correa (2018), “a violência sofrida pelas militantes é uma violência que ocorre pela sua condição de ser mulher e, também, é um “castigo” por ocuparem a posição de militantes e não “obedecerem” aos limites impostos às mulheres pela sociedade machista” (CORREA, 2018 p. 89). Do mesmo modo, “o torturador se valia da condição de mãe e dessa tomada de posição sujeito-mãe para ameaçá-las em relação à maternidade e fazer com que confessassem algo para proteger seus filhos” (CORREA, 2018 p. 33).

A nudez era uma prática comum utilizada pelos torturadores, principalmente contra as mulheres, assim como o estupro. Era uma forma de tornar as vítimas mais frágeis e de demonstrar o domínio sobre seus corpos, como podemos observar no trecho, “Nos interrogatórios, puxavam o emaranhado com força e a chamavam de porca, depois a deixavam nua, porca vadia, quando a menstruação escorria pelas pernas, porca vadia nojenta. Quando não aguentava mais e apagava, desgraçada” (LAGE, 2019 p. 165).

Correa (2018) debate sobre a concepção da maternidade vista como algo inerente à mulher, tanto como qualidade feminina, quanto biológico e psicológico. Ela afirma que essa concepção “desconsidera a intimidade e a liberdade da mulher em relação ao seu corpo, com as condições de produção em que vive, com a formação discursiva em que está inserida” (CORREA, 2018 p. 92) e continua:

Quando pensamos em uma “construção social”, pensamos em um “padrão”, em algo que é aceito e construído por todos. No entanto, não se pensa se toda mulher que ter filhos, e qual o significado dessa maternidade para essa mulher. Ao contrário, há uma cobrança para que a mulher se encaixe nesse modelo, nessa “construção social”, nessa constituição da posição sujeito-mulher, na constituição da posição sujeito-mãe, por discursos “tradicionais” de uma sociedade machista (CORREA, 2018, p. 92).

No romance *O corpo interminável*, é evidenciado em todos os capítulos, experiências traumáticas de mulheres que se negaram a aceitar a condição de subordinada e que lutaram pelo direito à liberdade, sobretudo, sobre seus corpos. Mulheres que decidiram pela luta e pela

maternidade, que acreditavam que uma escolha não necessariamente anulava a outra.

Escuto sons lá fora, algo está acontecendo, a minha mãe chora, algo muito ruim, há súplica em sua voz, há baques violentos em seu corpo, nas costas, pernas, barriga, sinto uma dor horrível crescer pela sua espinha, como se já fosse o sinal da minha saída, mas ainda não estou pronto, não sou eu que força o seu ventre a contrações terríveis, são outras criaturas, com intenções diferente da minha [...] estamos tão entranhados que sinto todos os estremecimentos que ela sente, os choques que queimam a sua pele me queimam também, as pancadas ferem a nós dois num único golpe (LAGE, 2019, p. 153).

A mulher militante, filiada ao movimento de resistência vivendo a insegurança do período, assume uma importante decisão ao escolher ser mãe. Essas mulheres negam o discurso patriarcal machista e a construção do imaginário do sujeito-mulher que as colocam em uma posição de submissão e objetificação. O discurso patriarcal determina que o papel da mulher na sociedade é apenas o espaço privado (casa e família).

Ao assumir um discurso de resistência feminina, as mulheres buscam validar outro discurso, que a mulher tem voz, tem poderio e domínio sobre si. Desse modo, para a repressão e os seus agentes, essas mulheres que não se sujeitam à construção patriarcal do sujeito-mulher/sujeito-mãe, são, portanto, consideradas subversivas e assumem “um papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)”. (CORREA, 2018 apud ROSA 2013, p 59).

Ainda nessa perspectiva, Júlia, mãe do personagem principal, uma dessas militantes que não reconhecia a posição de subalternidade e domínio, fora presa e torturada, estando grávida dele. Na verdade, as mulheres que “violavam” os padrões impostos a elas eram submetidas a torturas intensificadas, que iam de violência psicológica a estupros. Nesse fragmento destacado, Júlia é submetida a torturas físicas que, de uma forma ou de outra a afligem, tanto pela dor do seu corpo físico quanto pela dor do sentimento de “incapacidade” de defender o seu filho, que ainda nem nascera.

Na tentativa de desestabilização das militantes, a forma mais eficaz encontrada pelos torturadores para fazê-las confessar foi a utilização de práticas abusivas e torturas que atingissem de alguma forma os seus filhos. Correa (2018) compreende que “essa desestabilização se daria quando a militante, ao tomar a posição sujeito-mãe e, a partir da construção social sobre o que é “ser mãe”, isto é, aquela que defende, que cuida, que protege, faria uma confissão em troca da não tortura da criança” (CORREA, 2018 p. 93). Segundo relatos dos torturadores, havia uma maior dificuldade para arrancarem informações das mulheres. Correa entende que “calar era a forma dessas mulheres resistirem, afinal, silenciar também é se constituir pela língua” (CORREA, 2018 p. 84). Essa forma de resistir da mulher

pode ser verificada no trecho da obra em que Daniel apresenta o elo intrínseco entre a mãe e o seu filho, mas especificadamente, entre ele e sua mãe:

Me pergunto como ela conseguiu, entre espamos e contorções, me manter aquecido, alimentado, limpo, como as vitaminas continuaram a ser produzidas, como os sistemas se organizaram, os órgãos se formaram, enquanto fora acontecia tudo contra, tudo para eu não acontecer. Eu ouvia os gritos, enquanto ela implorava, silenciava, até quase morto o seu corpo, e apesar da quase morte, em seu ventre o meu corpo ganhava forma, contorno, olhos, boca, dedos, coração, sexo, começava a existir (LAGE, 2019, p. 153).

Assim, a narrativa também apresenta um contraponto entre duas maternidades representadas pela mãe de Daniel e pela mãe de Melina. A mãe de Daniel simboliza justamente esse coletivo de mulheres engajadas com as causas sociais que também decidem pela maternidade. Júlia, uma guerrilheira desaparecida, escolhera tanto pela luta quanto pelo materno, porém fora presa, torturada e assassinada, sendo, portanto, impedida de desempenhar o papel materno. Já a mãe de Melina, ao que tudo indica, vive a mercê dos acontecimentos políticos do período em questão e também vive uma maternidade, eu diria, complicada, como indica a passagem destacada:

Ela nunca ficava satisfeita com as minhas respostas. A sua filha é esquisita, dizia ao meu pai. Ela tinha o hábito de falar de mim dessa forma quando algo que eu fazia lhe desagradava. Ela atacava e se defendia: os seus genes e as suas células não participavam das minhas imperfeições[...] frequentemente me deparava com seu olhar rancoroso. Se antes algo nela já me assustava, as mudanças repentinas de humor, o tom de voz que exasperava facilmente, depois disso comecei a viver numa espécie de terror constante. [...] cada erro meu era repreendido com rancor e impaciência (LAGE, 2019, p. 61-62).

Em todos os trechos em que Melina aborda seu vínculo afetivo com seus pais, especialmente com a sua mãe, é transmitido um sentimento de não pertencimento: “A sensação de que nós três, essa formação triangular, de alguma forma, não era verdadeira. Não que não me amassem, mas o amor pode ser também uma obrigação. Não que se obrigassem, mas o sentimento pode nos manter num lugar quando queremos ir embora” (LAGE, 2019, p. 65). A concepção que ela tem sobre si em relação aos seus pais é o de fardo, obrigação: “Eu era então a filha ingrata que havia desperdiçado o tempo e o esforço de uma mãe tão boa. Incapaz de retribuir minimamente. Eu era mesmo horrível” (LAGE, 2019, p. 62).

Anos mais tarde, Melina compreende que talvez o distanciamento no seu seio familiar pudesse ter relação com o ofício do seu pai:

Um dia, eu estava na varanda, com a minha máquina, quando o vi voltando para casa [...] tirei as fotos sem pensar, só depois, vi: fotos do meu pai subindo a rua. Sentando na calçada antes de entrar pelo portão. O rosto mergulhado nas mãos. A minha reação foram arrepios, mas não sabia que era tão grave. Só quando a minha mãe viu as fotos que eu soube. [...] o meu pai fora pego em flagrante. O seu olhar dizia isso, ela não tinha sido a minha única vítima. [...] papai tem muitas preocupações, não vamos aborrecê-lo com bobagens, e guardou as fotos numa pasta [...] (LAGE, 2019, p. 64).

Seu pai, um agente do governo militar, tinha como atribuição fotografar corpos torturados e assassinatos. Apesar de a participação direta com a ditadura militar estar associada apenas a ele, a mãe de Melina também era, aparentemente, alienada ao discurso da classe dominante: “Os meus pais viveram 70 anos alheios aos porões” (LAGE 2019, p. 140). Dito isso, entendemos que a maternidade exercida pela mãe de Melina sucede das condições discursivas em que a mesma estava inserida, como se pode verificar no que diz Orlandi (1997):

Além do fundante, temos também o silêncio constitutivo e o silêncio local. No primeiro, o sujeito não precisa dizer, o fato de estar inserido numa Formação Discursiva determinada, política e historicamente já precisa os sentidos do seu dizer. No segundo, a censura tenta impedir o sujeito de dizer, de produzir sentidos, porém, mesmo calando o sujeito, os sentidos ainda estão ali, em movimento (CORREA, 2018, p. 76).

A maternidade exercida pela mãe de Melina se perfaz no silêncio. Ela assume esse espaço que é socialmente destinado à mulher, lugar de subordinação e submissão. Talvez maternar não necessariamente seria seu desejo, mas sim sua obrigação enquanto mera reprodutora em um sistema patriarcal e machista: “Historicamente, a mulher não tem poder de decisão sobre seu corpo, é a sociedade patriarcal machista religiosa que irá definir e estabelecer o comportamento, as regras, enfim, que exercerão esse poder sobre o corpo feminino”. (CORREA, 2018, p. 83). Os comportamentos assumidos pela mãe de Melina correspondem exatamente a essa perspectiva apresentada por Correa, o que se pode verificar no trecho do romance em que Melina dialoga:

Minha mãe costumava chorar no banheiro. O rosto vermelho, os olhos inchados. A sua fisionomia transformada. [...] eu escutava os soluços da minha mãe e depois o silêncio. O silêncio que era feito dela, que só ela poderia fazer. Um pouco depois, a porta do banheiro se abre e ela vinha, o batom, o rímel, o blush, o corretor, a base. A maquiagem sobre o inchaço (LAGE, 2019, p. 146)

Ao contrário da mãe de Melina, que tem a maternidade como obrigação, Júlia nega esse lugar de subalternidade destinado ao feminino. A maternidade é uma escolha para ela. Em vista disso, da compreensão de que os sujeitos são constituídos de ideologias é que posso afirmar que o exercício da maternidade está relacionado diretamente com a aspiração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira foi fundada sobre uma tradição – ocidental europeizada – em que as mulheres são marginalizadas e colocadas em um lugar de invisibilidade na sociedade e inferioridade em relação aos homens. O sujeito-mulher é constituído, historicamente, segundo o sistema patriarcal machista, marcado pela segregação e desigualdade de gênero. O romance analisado, *O corpo interminável*, assim como as muitas narrativas contemporâneas que tematizam a ditadura que eclodiram após os anos 2000, tem o importante papel de evidenciar os silenciamentos produzidos pela repressão e de revelar a omissão, nos registros oficiais, da contribuição das mulheres na resistência à ditadura civil- militar.

O apagamento da participação feminina na memória coletiva e na história oficial do país, sobre o período, comprova a tentativa de marginalização das mulheres até na atualidade. Além da importância de dar visibilidade à participação das mulheres na luta pela liberdade, essas narrativas permitem uma reflexão sobre a mulher do passado em consonância com a mulher do presente e a modificação dos papéis da mulher na sociedade. Diante dessa construção do feminino, segundo uma ideologia patriarcal que a desqualifica e lhe atribui apenas o espaço privado (o lar e a família), é que refletimos o sujeito-mãe e as discrepâncias no exercício da maternidade.

Lage (2019) apresenta em sua obra duas narrativas femininas-maternas que se contrapõem. Apesar de ambas estarem inseridas no contexto da ditadura militar de 1964, elas assumem dois modos de existência distintos. Enquanto Júlia é uma guerrilheira e se nega a aceitar a imposição ideológica do discurso masculino, a mãe de Melina assume esse lugar privado imposto pelo sistema patriarcal.

Diante do pressuposto de que todo sujeito é constituído histórico e ideologicamente, entendemos que, ao assumir o discurso masculino, a mãe de Melina aceita a condição de dominação e dependência. Portanto, se o sistema patriarcal impõe ao feminino a maternidade como biológico e psicológico, desconsiderando a sua individualidade, a sua vontade e aspiração pessoal, logo ela assume com o seu papel de mulher, ser mãe. Mas assumir o que lhe foi imposto não a torna necessariamente o sujeito-mãe, segundo o modelo materno patriarcal, que é aquela que cuida, zela e protege. Já a mãe de Daniel buscava pela modificação do cenário, não só do país, mas da sociedade num todo. Ela resistia à domesticação do seu corpo, à subordinação e submissão. Ela decidira pela gravidez não por imposição masculina, mas por escolha própria. Isso concerne a um materno por satisfação e não por obrigação.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa, ao suscitar a figuração da mulher na ditadura militar, busca não só reconhecer a contribuição das mulheres no processo de modificação do cenário político brasileiro, como também questionar a construção patriarcal do feminino e os papéis a elas atribuídos, porque “somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar outra história, a inventar o presente” (FIGUEIREDO 2017, p 46 apud GABMEBIN, 2006, p.57). Desse modo, continuar discutindo o passado, mesmo que traumático, é se resguardar do esquecimento, por conseguinte, evitar a retomada do acontecido.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cristiane da Silva. **Ditadura, tortura e violência de gênero: algumas notas sobre o romance a importância dos telhados, de Vanessa Molnar.** Revista Entreletras (Araguaiana), v.12, n 2, mai./ago. 2021
- CLAUDIA LAGE.** Grupo editorial Record, 2019. Disponível em: <https://www.record.com.br/atores/claudia-lage/>. Acesso em: 05 de novembro. 2022.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil. RJ:** Rosa dos Tempos, 1997. _____. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.
- CORREA, Ana Paula Alves. **Eles torturavam as crianças na frente das mulheres: Mulheres, Traumas e Maternidade na resistência à ditadura militar brasileira.** Programa de pós graduação em Letras, 2018.
- CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução.** São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira.** Rio de Janeiro: Letras, 2017.
- FILHO, Antonio Coutinho Soares. **Espiraís da memória em O corpo interminável, de Claudia Lage.** Araguaína: Entreletras, 2021.
- GOMES, Gínia Maria (org.). **Narrativas brasileiras contemporâneas memórias da repressão.** Porto Alegre: Polifonia, 2020.
- LAGE, Cláudia. **O corpo interminável.** 1º. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Florianópolis: Universidade federal de São Paulo, 2004.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O anticomunismo militar.** Em: O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas, João Roberto Martins Filho, org., 9-26. São Carlos: EduFSCar, 2014.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84).** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez, 2013. p. 108 - 132.